



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Discurso pronunciado pelo Deputado  
**GONZAGA PATRIOTA – PSB/PE**  
Na Sessão do dia 06/09/2017.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

## **EM DEFESA DA CHESF E CONTRA A SUA PRIVATIZAÇÃO**

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF empresa genuinamente Nordestina, passa por um momento de ataque à sua existência com o processo de “privatização” proposto pelo governo federal.

Atuando há mais de 69 anos na geração e transmissão de energia elétrica, a CHESF sempre teve papel crucial na expansão das atividades industrial e econômica que possibilitaram o desenvolvimento e maior participação da região nordeste no desempenho da economia nacional.

Sempre em sintonia com as diretrizes do Governo Federal, a CHESF está consolidada como um vetor de desenvolvimento socioeconômico e cultural do Nordeste, reduzindo as diferenças regionais e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

No período de 2007 a 2016, a CHESF realizou o investimento de R\$ 5.9 bilhões na expansão do sistema de Transmissão de Energia Elétrica do Nordeste, impulsionando a geração de milhares de empregos diretos e indiretos. Colocar esta empresa sob o controle do mercado impactará fortemente a região nordeste, uma vez que as decisões não serão mais tomadas com a finalidade de promover o desenvolvimento local e sim de interesses meramente econômicos.

Um dos argumentos falaciosos utilizado pelos que defendem a privatização é a redução na conta de energia para a população, en-



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

tretanto, não explica em nenhum momento, como se dará esta redução, uma vez que atualmente a energia vendida pela CHESF é bem mais barata do que a vendida no mercado livre.

Com a descotização pretendida, o preço da energia tende a subir de forma a atender os interesses do mercado (oferta x demanda), a exemplo do que já ocorreu na Argentina e em Portugal, com a privatização do setor elétrico. Nesse “novo modelo” será privilegiado o investimento em áreas e regiões que apresentem possibilidade de maiores ganhos financeiros.

A partir do reservatório de Sobradinho, na Bahia, toda a água do Rio São Francisco é gerida pelo detentor da geração de energia, neste caso específico, pela CHESF. Entregar a gestão desse valioso recurso natural para a região e para o Brasil a uma empresa que visa apenas auferir lucros com a geração e transmissão de energia pode significar o fim do equilíbrio no uso da água, que é tão valiosa para a população do sertão, que a utiliza como único recurso hídrico perene para os mais diversos fins.

Julgamos, Senhor Presidente, que o envolvimento e empenho na defesa desse Patrimônio (CHESF), por parte das Deputadas, Deputados, Senadoras, Senadores e Governadores é de suma importância para o povo nordestino, que certamente fará o devido reconhecimento da sua trajetória política na defesa dos interesses da população nas próximas eleições.

A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) é uma sociedade anônima de capital aberto que atua na geração e transmissão de energia em alta e extra-alta tensão, explorando a bacia hidrográfica do rio São Francisco, com sede no Recife. Foi criada durante o Estado Novo, pelo presidente Getúlio Vargas através do Decreto-Lei nº 8.031 de 03 de outubro de 1945, e constituída na primeira assembleia geral de acionistas, realizada em 15 de março de 1948.

Com a reestruturação do setor elétrico na década de 1960, tornou-se uma subsidiária da Eletrobras, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Tem a missão de produzir, transmitir e comercializar energia elétrica para a Região Nordeste do Brasil. Atende tradicionalmente a oito estados do Nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí). Com a abertura permitida pelo novo modelo do setor elétrico brasileiro, a Eletrobras



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CHESF tem contratos de venda de energia em todos os submercados do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Com a reorganização da Eletrobras anunciada em 23 de março de 2010, a CHESF é a única do grupo que não adota o prefixo Eletrobras. Mas se fortalece e faz parte do conglomerado de empresas do governo com o intuito de expandir os negócios de energia a outras nações.

A CHESF é a maior geradora de energia elétrica do Brasil (dados de 2007), com 10.737.798 KW. Opera dez usinas hidrelétricas e uma usina termelétrica. A maior usina hidrelétrica construída do sistema CHESF é Xingó, com 3.162 MW de potência. Capacidade de geração instalada/projetada 16.931 MW.

Inclusive, Senhor Presidente, vou aproveitar a ocasião para falar da criação de uma Frente Parlamentar em defesa da CHESF e contrária a sua possível privatização.

Diante da possibilidade de privatização da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), uma ampla frente parlamentar, envolvendo deputados estaduais de todo o Nordeste, está sendo articulada por lideranças pernambucanas. A ideia é convocar os parlamentares das assembleias legislativas de todos os estados nordestinos para impedir que a estatal seja entregue à administração privada, bem como provocar o Ministério Público Federal (MPF) nesses estados para que ações civis públicas sejam ajuizadas. Essas são algumas das primeiras ações a serem executadas pela Frente Parlamentar em Defesa da CHESF, que foi instalada na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Os anúncios foram feitos durante a primeira audiência pública realizada na Casa de Joaquim Nabuco para discutir o tema. As sugestões foram apresentadas pelo líder do governo estadual, o deputado Isaltino Nascimento. “Na próxima segunda-feira a frente parlamentar vai se reunir para convocar as oito assembleias do Nordeste para vir aqui e apoiar a causa”, disse. A ideia, segundo ele, é que cada deputado volte aos seus estados de origem provocando debates, tanto em âmbito Legislativo quanto Judiciário. “Além disso, a ideia é que cada integrante da frente aqui da Assembleia possa ingressar com uma ação popular, que tem prerrogativa de defender o patrimônio público”.

Em um auditório repleto de funcionários da estatal e representantes sindicalistas, os parlamentares ressaltaram a importância que



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

a CHESF tem para o desenvolvimento regional e para o sistema elétrico brasileiro. O principal argumento utilizado foi de que a companhia não é responsável apenas por gerar energia, mas sim pelo Rio São Francisco. “Essa mesma água que gera energia abastece famílias da agricultura familiar, serve para a pesca artesanal e para o abastecimento humano. A água do São Francisco tem, com a CHESF, a importante função do desenvolvimento econômico e social do Sertão pernambucano”, disse o deputado estadual Lucas Ramos, que coordenará os trabalhos da frente parlamentar no Legislativo.

Idealizadora da audiência pública realizada ontem, a deputada estadual Laura Gomes alertou que a venda da CHESF vai acarretar no aumento de tarifa para o consumidor. “O patrimônio da Eletrobrás é avaliado em R\$ 400 bilhões. Jogar fora um patrimônio desse porte é um discurso para vender barato”, criticou.

A ideia dos pernambucanos é construir um movimento suprapartidário e repetir o êxito obtido através da mobilização que envolveu parlamentares estaduais e federais do estado em prol da Hemobrás.

“Essa foi uma das várias audiências que vamos realizar. Não só em Pernambuco, mas pelo Nordeste afora. Já conseguimos 220 assinaturas dos deputados em todo o Brasil. Queremos contar com apoio nacional em prol da defesa do setor elétrico”, avaliou o presidente do Sindicato dos Urbanitários do estado, que representa os trabalhadores da CHESF, José Gomes Barbosa.

Além dos deputados, Senhor Presidente, agora é a vez dos governadores nordestinos de criticarem abertamente essa iniciativa do Governo Federal em relação às privatizações.

Os governadores dos nove estados do Nordeste enviaram uma carta ao presidente Michel Temer em que criticam a privatização da Eletrobrás e outras mudanças anunciadas pelo governo federal no setor de energia. Os chefes dos Executivos estaduais questionam o uso de um setor, que dizem ser estratégico, para a União poder minimizar o déficit do Orçamento federal. Eles fazem propostas que vão desde a desvinculação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) do grupo Eletrobrás até a união da companhia com outras três instituições que promovem o desenvolvimento no Nordeste.

A carta foi protocolada na Presidência pelo governador de Pernambuco, Paulo Câmara. Assinaram o documento, além de Câmara,



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

os gestores do Maranhão (Flávio Dino), Piauí (Wellington Araújo), Rio Grande do Norte (Robinson Faria), Ceará (Camilo Santana), Paraíba (Ricardo Coutinho), Alagoas (Renan Calheiros Filho), Sergipe (Jackson Barreto) e Bahia (Rui Costa).

O documento trata de três mudanças no setor elétrico: revisão do marco legal do setor, descotização do mercado energético e privatização da Eletrobrás. São apresentados questionamentos para cada um dos tópicos. Um dos argumentos em comum é o aumento da conta de energia elétrica, com base em manifestação oficial da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Esse elemento é citado ao abordarem a descotização das hidrelétricas. Essa política, implantada por meio da Medida Provisória nº 579/2012, fazia com que as hidrelétricas vendessem energia às distribuidoras por um preço fixo, determinado pela Aneel, ao contrário de firmarem preços conforme o mercado e as realidades das instituições.

Os governadores questionam critérios para formação dos preços das tarifas de energia. A maior parte das usinas cotizadas é da Eletrobrás e tem o contrato de concessão estabelecido até 2043. A descotização, segundo a carta, significaria o rompimento desses contratos. “Na opinião dos técnicos da Aneel, a modificação pretendida acarreta riscos de instabilidade setorial, ao abalar a segurança jurídica dos contratos vigentes. Liberada do regime de cotas, fatalmente a energia ‘velha’ será recolocada no mercado por algo em torno de R\$200/MWH, a preços de hoje”, diz um trecho da carta.

A respeito do novo marco legal do setor elétrico, colocado em consulta pública pelo Ministério de Minas e Energia em julho e agosto, o grupo do Nordeste enumera aspectos que ficaram de fora da proposta do governo federal, que precisariam ser tratados de forma administrativa, como os critérios para formação dos preços das tarifas de energia. É citado ainda que o governo federal “abre caminhos para grandes mudanças na formação de preços para o mercado”, mas que há apenas uma abordagem conceitual, sem detalhes objetivos.

A privatização da Eletrobrás é questionada também tanto pelo valor estratégico da empresa e de seus ativos, assim como o valor da água do São Francisco para outros usos, como o abastecimento humano. “A transferência para investidores privados do controle operacional das usinas do Sistema Eletrobrás, particularmente daquelas





geridas pela CHESF, condicionará por décadas todo projeto ou ação que demande água do Rio São Francisco”, diz a carta.

Os governadores argumentam que qualquer decisão a respeito das hidrelétricas tem consequência direta na vazão do rio, por causa da seca prolongada no Nordeste e da crise por que passa a Bacia do São Francisco. A CHESF divulgou que a seca na área já é a maior em 90 anos de registro oficial. “Com isso, põe em risco a segurança hídrica de numerosa população e ainda desestimula que levemos adiante estudos e planos para outros usos da água, no que podemos estar comprometendo o futuro de gerações”.

O argumento do governo federal de levantar recursos para cobrir o déficit não seria acertada, segundo os governadores. Além de criticarem o uso do setor elétrico, “um setor que exerce tamanho impacto sobre todas as cadeias produtivas e camadas sociais”, para cobrir déficit, os gestores dizem que os “efeitos colaterais” da privatização “via aumento da tarifa” neutralizarão eventuais resultados positivos. “Como se não bastasse, configuraria uma tributação adicional encoberta que é ilegal e inaceitável”.

A carta apresenta propostas que podem ser adotadas como alternativa às medidas do governo federal. Uma delas é a desvinculação da CHESF do grupo Eletrobrás, transformando-a em empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional. É sugerida também a união da CHESF com outras três instituições ligadas à União, que promovem o desenvolvimento no Nordeste em diferentes áreas: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

O financiamento do novo órgão envolve outra sugestão: a manutenção da concessão das usinas cotizadas até o fim do contrato, em 2043. “O efeito sobre as tarifas de energia em todo o Brasil, segundo técnicos do setor, seria da ordem de, no máximo, 1,5%. Esse valor é menos da metade do que pagamos durante três décadas para ajudar os sistemas isolados através da Conta de Compensação de Combustíveis – CCC” argumentam no texto.

À tarifa da energia cotizada, seria vinculado um percentual para assegurar à CHESF a conclusão do plano de obras já contratado, o investimento em fontes alternativas e a revitalização do Rio São



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Francisco, entre outros pontos. Por fim, os governadores pedem uma “oportunidade de detalhar e debater” as propostas.

Aproveito a ocasião, Senhor Presidente, para publicar a carta enviada pelos governadores nordestinos ao Presidente Temer contra as privatizações previstas:

*Brasília, 05 de setembro de 2017.*

***A Sua Excelência o Senhor  
MICHEL TEMER  
Presidente da República Federativa do Brasil  
Brasília – DF***

*Senhor Presidente,*

*Os meios de comunicação têm divulgado com alarde informação segundo a qual o Governo de Vossa Excelência decidiu promover uma ampla reestruturação do setor elétrico brasileiro.*

*Motivados unicamente pelo propósito de contribuir com o melhor andamento possível desse serviço essencial à vida e à economia brasileira, e depois de ponderado exame, tomamos a iniciativa de nos dirigir a Vossa Excelência para pedir esclarecimentos, ao tempo em que nos colocamos à disposição para debater o tema, fazer sugestões e, na medida do possível, compartilhar responsabilidades sobre os encaminhamentos adotados.*

*Pelo que foi divulgado, as mudanças em gestação podem ser agrupadas em três linhas:*

- 1. Revisão do Marco Legal do setor*
- 2. Descotização do mercado energético*
- 3. Privatização da Eletrobrás*

*Discorreremos brevemente sobre cada um desses tópicos para deixar clara a nossa compreensão.*

***1. Novo Marco Legal***

*Sobre a nova regulamentação do setor, discutida em audiências públicas e na iminência de ser enviada ao Congresso Nacional, entendemos que a proposta introduz robustas mudanças nas regras atuais.*

*Altera as condições para acesso ao mercado livre, retira a obrigação das distribuidoras contratarem 100% do seu mercado previsto, altera custos de transação na transmissão, modifica regras de formação de preços, altera a forma de contratação de*



*energia criando contrato de Lastro e Energia, traz novas regras para fixação de tarifas, altera subsídios a fontes alternativas, retira do regime de cotas a energia produzida por usinas amortizadas e a coloca no mercado, destina recursos para a revitalização do Rio São Francisco, retroage as mudanças sobre risco hidrológico a 2013 para desjudicializar a questão, entre outros.*

*O problema é que deixa para serem tratados administrativamente, ou seja, em normativa infra legal, os seguintes importantíssimos aspectos:*

*a) no capítulo que propõe, para os novos leilões, a separação de Lastro e Energia, fica para depois a repartição dos custos e as regras para os contratos atuais que não tiveram essa separação;*

*b) propõe alterar a realocação dos riscos hidrológicos, mas informa que há um grupo técnico estudando o detalhamento da proposta;*

*c) abre os caminhos para grandes mudanças na formação de preços para o mercado, mas a proposta fica no campo meramente conceitual;*

*d) igualmente em aberto ficam os critérios para formação dos preços das tarifas.*

## **2. Descotização**

*Ainda sem muitos detalhes, dá-se como definido que o Governo tenciona suprimir o regime de cotas implantado através da Medida Provisória 579/2012, editada na administração passada.*

*Com o regime de cotas, as hidrelétricas passaram a entregar a energia às distribuidoras por um preço fixado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), preço este que cobre apenas custos de operação e manutenção. Isso foi possível porque as usinas mais antigas já haviam tido seus custos de implantação amortizados durante os anos de operação e poderiam, a partir de então, vender a produção a preço de custo para beneficiar o consumidor.*

*Em consequência, desde 2013 cerca de 20% da energia alocada no mercado regulado é “comercializada” a preços atuais por valores entre R\$ 40 e R\$ 80 o MWH. Hoje, a quase totalidade dessas usinas é operada pelo grupo Eletrobrás, com contratos de concessão firmados em 2013 e prazo final em 2043. A Descotização significará o rompimento desses contratos. Na opinião dos técnicos da ANEEL, a modificação pretendida acarreta riscos de instabilidade setorial, ao abalar a segurança jurídica dos contratos vigentes.*





*Liberada do regime de cotas, fatalmente a energia “velha” será recolocada no mercado por algo em torno de R\$200/MWH, a preços de hoje.*

### **3.Privatização da Eletrobrás**

*Quando foi criada, nos anos sessenta, a Eletrobrás tinha a dupla missão de supervisionar as empresas a ela vinculadas e de planejar a expansão e operação do sistema elétrico brasileiro, conduzido em sua maior parte pelas suas empresas coligadas – CHESF, Furnas, Eletronorte, Eletrosul, Eletronuclear e Itaipu Binacional.*

*Praticamente todas as atividades técnicas inerentes ao poder concedente – o Governo Federal, por meio do Ministério de Minas e Energia (MME) – eram exercidas pela Eletrobrás. O ministério, através do Departamento Nacional de Aguas e Energia - DNAE atuava apenas como órgão regulador de tarifas. Ela também atuava como o braço financeiro do setor, administrando fundos e captando recursos para investimentos.*

*A partir de 1995, com a implantação de um novo Marco Legal, foram criados o Operador Nacional do Sistema (ONS), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e outras áreas especializadas no MME. Todas essas entidades assumiram tarefas até então cometidas à Eletrobrás, restando a ela, somente, a missão de atuar como holding do setor.*

*Portanto, a venda da Eletrobrás nada mais é do que a privatização das empresas cujo controle acionário lhe pertence, e reside neste aspecto, e somente nele, o interesse que eventualmente possa despertar no mercado.*

*Diante dos planos e pretensões acima sumariamente descritos, e tomando por base estudos realizados por técnicos independentes e pela própria Agência Nacional de Energia Elétrica–ANEEL, julgam os governadores de Estados do Nordeste subscritores do presente ser indispensável chamar a atenção e pedir a devida consideração para os seguintes aspectos:*

*a) as medidas anunciadas, especialmente a suspensão do regime de cotas, terão como consequência imediata e inevitável um aumento significativo na conta de energia dos brasileiros;*

*b) a transferência para investidores privados do controle operacional das usinas do Sistema.*



*c) Eletrobrás, particularmente daquelas geridas pela CHESF, condicionará por décadas todo projeto ou ação que demande água do Rio São Francisco.*

*No que diz respeito ao ponto 1, nos respaldamos no pronunciamento oficial da ANEEL, que estima o reajuste da conta de luz em percentuais que variam de 7% a 17%. É fato que membros da equipe do governo têm se esmerado em negar aumento de custo da energia para o consumidor final. As negativas, porém, não são apoiadas em informações capazes de contraditar o parecer técnico oficial da agência reguladora.*

*Há que se considerar ainda o histórico das privatizações brasileiras que, prometendo sempre melhorar a qualidade e baratear as tarifas, costumam levar a resultados insatisfatórios, como podem verificar os clientes de operadoras de telefonia celular, extremamente deficientes.*

*Quanto ao ponto 2, lembramos que o passo seguinte à descoberta será a realização de leilão de outorga, por trinta anos, da energia gerada pelas usinas da CHESF (e também das outras geradoras). Assim, estaremos de fato privatizando as usinas, repassando-as a investidores por, pelo menos, trinta anos.*

*Note-se ainda que, como todas essas usinas são movidas a água, o processo compromete previamente a vazão dos rios necessária à geração da energia contratada, ficando prejudicado qualquer outro uso atual ou futuro. No caso particular do Rio São Francisco, a recorrência de ciclos hidrológicos críticos, como o vivenciado no Nordeste ao longo da presente década, já recomendariam cautela antes de se colocar em pauta qualquer projeto de transferência da operação para investidores privados.*

*A propósito, é oportuno reler artigo publicado pelo ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes no jornal Folha de S. Paulo em 20 de maio de 1999, quando se falava abertamente na privatização da CHESF. No texto, intitulado “Vende-se o Rio São Francisco”, o histórico líder brasileiro lembrava que, se as usinas e a própria empresa tinham algum valor de mercado, valioso mesmo era o rio que as alimentava.*

*Dizia ele, na época, quando a transposição ainda era projeto: “Nas últimas décadas, a água do rio vem sendo objeto de feroz disputa política. Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas projetam irrigar 3 milhões de hectares de terra nos próximos anos. Cea-*



*rá, Rio Grande do Norte e Paraíba, que não estão nas margens do rio, mobilizam suas bancadas em defesa de projetos de transposição de águas. Todos acalentam com entusiasmo a ideia de consolidar a hidrovia do São Francisco. De que modo essas necessidades podem ser compatibilizadas com a atuação privada, que visa o lucro?”*

*São questões que ainda hoje reclamam respostas convincentes. Vozes de diferentes quadrantes técnicos e políticos pedem, no mínimo, o aprofundamento do debate, enquanto questionam aspectos e pedem esclarecimentos.*

*A essas demandas acostamos as nossas, não por duvidarmos dos propósitos de Vossa Excelência e de seus auxiliares, mas por entendermos ser do interesse de todos – inclusive, e principalmente, do Governo – que nunca pairam dúvidas sobre o que se pretende ao propor mudanças estruturais em setores de tamanha relevância econômica e social.*

*Filtra-se dos noticiários, por exemplo, a visão segundo a qual as medidas não teriam como alvo apenas o aumento da eficiência do setor elétrico, sendo motivadas também pela necessidade de socorrer as finanças do Governo com os recursos captados nas operações.*

*Os valores pretendidos são revelados em notícias da Imprensa. A privatização da Eletrobrás daria ao governo a chance de levantar R\$ 20 bilhões. Os leilões das usinas descotizadas gerariam outro montante na casa dos R\$ 30 bilhões. Somente no leilão das usinas da ex-CEMIG (2.900MW), que será realizado nos próximos dias, a arrecadação passaria de R\$ 11 bilhões. Como a capacidade das demais usinas cotizadas é de 29.000MW, ou seja, dez vezes mais, estima-se que os valores financeiros cresçam na mesma proporção.*

*Fica clara, portanto, a necessidade de que sejam descartadas tais versões, uma vez que estaria configurada uma inversão de prioridades. Entendemos que um setor que exerce tamanho impacto sobre todas as cadeias produtivas e camadas sociais não deve, em hipótese alguma, financiar ou cobrir déficits no caixa do Governo.*

*Obviamente não desconhecemos a desafiadora conjuntura econômica e entendemos que esforços extraordinários precisam ser feitos por todos em todas as esferas. Mas uma política que drene recursos da economia para o Estado via aumento da tarifa energé-*



*tica terá efeitos colaterais que neutralizarão qualquer resultado positivo buscado. Como se não bastasse, configuraria uma tributação adicional encoberta que é ilegal e inaceitável.*

*É preciso enfatizar que a contratação com investidores privados de vazões do Rio São Francisco para a produção de energia é medida que limita o uso múltiplo das águas. Com isso, põe em risco a segurança hídrica de numerosa população e ainda desestimula que levemos adiante estudos e planos para outros usos da água, no que podemos estar comprometendo o futuro de gerações.*

*Quanto ao Rio São Francisco e a CHESF, lembramos que a empresa tem suas usinas dispostas em cascata num dos mais importantes rios brasileiros que, se for levado em conta o fato de banhar grande parte do semiárido nordestino, chega-se, sem dúvida à conclusão de que é ele o mais importante rio deste país. A CHESF atua justamente neste trecho da vazão regularizada desde a barragem de Sobradinho.*

*Recentemente, com o início da operação dos canais da transposição para Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, ficou evidenciado o quanto é importante para a região a destinação das águas para outros fins que não o de gerar energia elétrica. Em razão de tudo isso, deixamos claro que no somos contra a privatização da Eletrobrás e das empresas a ela vinculadas. E, como contribuição à busca de soluções para os problemas do setor, propomos:*

*1. Excluir a CHESF do grupo Eletrobrás, transformando-a numa empresa pública, vinculada ao Ministério da Integração Nacional;*

*2. Manter o contrato de concessão das usinas cotizadas, cujo prazo se encerra em 2043;*

*3. Adicionar à tarifa da energia cotizada um percentual que assegure à CHESF: concluir o plano de obras já contratado com a ANEEL em leilões anteriores e assegurar um investimento contínuo em fontes alternativas; operar e manter o PISF; fornecer energia sem custo para o PISF, e executar o Plano de Revitalização do Rio elaborado pela ANA.*

*4. Criar um grupo de alto nível para unificar num só órgão de desenvolvimento regional o DNOCS, a SUDENE, a Codevasf e a CHESF. Os recursos para a atuação do órgão seriam oriundos da receita da energia cotizada. O efeito sobre as tarifas de energia em*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*todo o Brasil, segundo técnicos do setor, seria da ordem de no máximo 1,5%. Esse valor é menos da metade do que pagamos durante três décadas para ajudar os sistemas isolados através da Conta de Compensação de Combustíveis - CCC.*

*5. O grupo deve propor um modelo de governança transparente e blindado às ingerências políticas e partidárias.*

*Esperando ter oportunidade de detalhar e debater estas propostas, renovamos votos de estima e consideração.*

*Atenciosamente,*

***José Renan Vasconcelos Calheiros Filho***

*Governador de Alagoas*

***Rui Costa dos Santos***

*Governador da Bahia*

***Camilo Sobreira de Santana***

*Governador do Ceará*

***Flávio Dino de Castro e Costa***

*Governador do Maranhão*

***Ricardo Vieira Coutinho***

*Governador da Paraíba*

***Paulo Henrique Saraiva Câmara***

*Governador de Pernambuco*

***José Wellington Barroso de Araújo***

*Governador do Piauí*

***Robinson Mesquita de Faria***

*Governador do Rio Grande do Norte*

***Jackson Barreto de Lima***

*Governador de Sergipe*

Concluo este discurso, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores deputados, fazendo um apelo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Michel Temer, no sentido de rever a posição do governo federal em relação a uma possível privatização do setor elétrico. Toda a sociedade brasileira tem se mostrado contrária a privatização dessas entidades.

**Deputado GONZAGA PATRIOTA**

**PSB/PE**

---

**Deputado Gonzaga Patriota**

Câmara dos Deputados – Anexo IV – Gabinete 430

70.160.900

Brasília-DF

E-mail: [dep.gonzagapatriota@camara.gov.br](mailto:dep.gonzagapatriota@camara.gov.br)

Telefones: (61) 3215-5430

(61) 3215-3430

(61) 3215-2430 - FAX